

# Índice

Prefácio à edição portuguesa	9
Prefácio	15
1. A VIDA BOA	
Moderação	27
Autonomia	35
Mas não são felizes os viciosos?	45
2. EXPULSOS DO PARAÍSO	
A plenitude espiritual	53
Dignos de ser felizes	61
Querer viver eternamente	67
O domínio do <i>superego</i>	71
3. SIM À VIDA	
Deleitar-se com o que se tem	81
Dar o máximo de si	89
«Como os elefantes capturados»	99
«Sê feliz»	107

4. TER PRAZER COM A AMIZADE	
A necessidade de amigos	115
A empatia que nos une	121
A paixão amorosa	129
5. DIREITO A SER FELIZES?	
Sem liberdade não há felicidade	137
As condições para a autoestima	143
6. PODE MEDIR-SE A FELICIDADE?	
A lei como produtora de felicidade	155
Categorias de prazeres	163
O «impossível necessário»	169
7. A FELICIDADE PELA CULTURA	
A verdadeira autoajuda	177
Aprender a ser feliz?	187
8. SOMOS OS QUE VÃO MORRER	
Aprender a morrer	197
É envelhecer uma arte?	203
A fantasia da imortalidade	211
Conclusão: Elogio da imperfeição	217

## PREFÁCIO À EDIÇÃO PORTUGUESA

Depois de cinquenta anos de dedicação à filosofia, aventurei-me a alinhar umas páginas sobre um dos temas mais persistentes e intrincados que nos perseguem: o sentido da felicidade. Um ano após a sua publicação, a pandemia da covid-19 mudou radicalmente a vida de todos nós. Agora que começamos a sair do longo parêntesis a que a crise sanitária nos condenou, ao rever o livro para a tradução portuguesa, pergunto-me se a visão da felicidade que aqui propus pela mão de uma série de filósofos ainda é sustentável. O coronavírus confrontou-nos com a dureza da nossa contingência, e felicidade e contingência são dois conceitos que não convivem particularmente bem. A felicidade, em princípio, parece implicar segurança, algo muito distante da sensação de vulnerabilidade que vai de braço dado com a contingência. No entanto, foi por causa dessa aparente contradição que os humanos, sem deixar de ter a felicidade como objetivo (o *telos* aristotélico), não pararam de se questionar

sobre aquilo em que consistirá essa ideia de felicidade cuja plenitude jamais conhecemos.

Duas ideias estão na base deste livro. Uma é a de que a felicidade é uma busca e de que é essa busca sustentada que dá sentido à vida. Não se deixar dominar pelas ilusões e aceitar que a existência humana está repleta de limitações, misérias, frustrações e adversidades são dois requisitos imprescindíveis para não desanimarmos e continuarmos a procurar melhorar as nossas vidas, aconteça o que acontecer. Por outro lado, «a busca da felicidade» é uma das «verdades autoevidentes» proclamadas pela Declaração de Independência dos Estados Unidos da América como um direito inalienável da democracia moderna. A modernidade conquistou a liberdade individual de escolher como viver, uma liberdade em princípio tão mal distribuída como liberdade de facto que devia ser completada com a garantia de condições mínimas de igualdade. Que essa garantia ainda esteja longe de ser alcançada não obsta a que se mantenha como obrigação ineludível corrigir as desigualdades e avançar para sociedades mais equitativas.

Não carece de confirmação que ambas as ideias se veem reforçadas se as considerarmos da perspectiva das duas crises vividas nos últimos anos: primeiro, a crise económico-financeira, depois, recentemente, a crise pandémica, de que deriva outro colapso económico cuja recuperação é a prioridade política e social

do momento presente. Recorrer aos clássicos da filosofia em busca de consolo e guia é sempre acertado, porque o seu pensamento é perene. É por isso que se mantém vivo o interesse pela filosofia em todos aqueles que não se conformam com respostas reducionistas que evitam a complexidade dos problemas. As grandes interrogações e os grandes dilemas mantêm-se, com formulações diferentes, apesar da inovação científica ou técnica. Devemos à cultura filosófica o hábito de regressar às questões de sempre não tanto em busca de soluções definitivas, mas para manter viva a admiração e o desejo de saber que estimulou os primeiros filósofos.

Na minha já longa carreira como professora de filosofia, o meu interesse rapidamente se voltou para a chamada filosofia prática e, em particular, para a ética. Uma das abordagens possíveis deste ramo filosófico é constituída pela pergunta por esse «bom *dáimôn*» que dá um nome um tanto enigmático ao que hoje traduzimos por felicidade: *eudaimonia*. Com o objetivo de explicá-lo, Aristóteles elaborou as suas *Éticas*, à laia de guias para adquirir o carácter apropriado para viver o melhor possível e procurar o fim por antonomásia: a felicidade. De acordo com esta perspectiva, explicar o que é a felicidade ou explicar o que é a vida boa é uma e a mesma coisa: falar da felicidade é falar de ética.

Em nenhum dos casos, seja para a ética seja para a felicidade, nos referimos a algo alcançado, mas antes a um processo e a um esforço que só acaba com o fim

da vida. Tem de ser assim, porque a busca da felicidade é uma aprendizagem contínua, que se nutre sobretudo dos maus momentos, pois consiste em aprender a reagir quando o infortúnio nos atinge. É por isso que uma experiência como a da pandemia pode proporcionar uma pletora de oportunidades para reconsiderarmos se as ideias sobre a felicidade que nos inspiraram durante séculos correspondem ainda à melhor forma de vida. Do mesmo modo, dado que somos seres para a morte, que envelhecemos e que o declínio é inevitável, a experiência final da vida porá igualmente à prova se soubemos prover-nos dos recursos relevantes para não desertarmos nesse último troço.

Do conceito de felicidade derivam todos os valores que temos assumido ao longo dos séculos da história humana e ao longo da experiência vivida por cada indivíduo. Valores como a amizade, a moderação, o autocontrolo, a cultura, a liberdade, a solidariedade, a alegria, revelam-se inseparáveis dessa vida feliz que buscamos. Ao contrário dos livros de autoajuda, os textos dos filósofos não pretendem dar receitas para sermos felizes, o que não impede que as suas reflexões sejam um guia insubstituível para estimular o discernimento e evitar as supostas «garantias de felicidade» que a indústria e o mercado põem ao serviço do consumidor. De Aristóteles e os estoicos até Bertrand Russell e Aldous Huxley, passando por Boécio, Montaigne, Espinosa, Hume, Nietzsche, Wittgenstein e tantos outros,

os filósofos referem-se a dificuldades que é preciso superar para se conseguir distinguir o importante do supérfluo, o evitável do inevitável; para não nos deixarmos dominar pela tristeza e manter a alegria de viver.

Num ambiente cada vez mais asfixiante por causa do stress, da desconfiança, da solidão ou da ansiedade, o indivíduo sofre de um mal-estar difuso, que não se cura com o individualismo e o hedonismo imperantes. Como Bertrand Russell explicou, adquirimos o gosto pela vida à medida que vamos descobrindo que as coisas valiosas são desejadas por si mesmas e não só pelos benefícios contabilísticos que comportam. Medir o nosso grau de felicidade por indicadores quantitativos pode ser fascinante, mas é falacioso. Já o sabemos de Aristóteles: nem a riqueza, nem o êxito, nem a honra se identificam com esse fim, já que o caminho para a felicidade é o caminho para a vida virtuosa.

Dar-me-ia por satisfeita se o leitor encontrasse na antologia de citações filosóficas que constitui estas páginas o alicante e a sabedoria para entender que procurar a felicidade não é mais do que entender e não se esforçar por ultrapassar os limites do possível.

Sant Cugat del Vallès (Barcelona),  
novembro de 2021

## PREFÁCIO

Perguntar pelo sentido da felicidade é o mesmo que perguntar como viver. A felicidade é, para cada pessoa, uma busca vitalícia. A infelicidade é o abandono da busca, do desejo de continuar a viver. Mais do que um objetivo a alcançar, é um estado de espírito, o anseio por uma vida plena e conseguida. O leitor não encontrará neste livro definições nem receitas para conquistar essa plenitude, mas sim razões para não desistir ou sucumbir ante o desânimo de uma existência paradoxal e contraditória, contingente, finita e limitada, como é a condição humana, embora, ao mesmo tempo, esperançosa.

Nunca ninguém duvidou de que a felicidade tem sido a coisa mais procurada e universal desde a existência da humanidade. Também não é necessário explicar que, para lá deste desejo inquestionável, sabemos pouco sobre o conteúdo da felicidade: como ela é atingida, em que consiste, o que a torna real e duradoura. Estamos inteiramente de acordo em que se trata de um

objetivo inatingível e improvável. Tão-pouco parece correto reduzi-lo à experiência de alguns momentos de satisfação que todos experimentam com relativa frequência. Alguns filósofos referiram-se a ele como o fim próprio da vida humana, mas nenhum considerou ser função da filosofia definir em que consiste ser feliz. Em vez disso, depois de deixar clara a relevância do esforço, os pensadores concentraram-se em discutir ou as limitações daqueles que aspiram a ser felizes ou os mal-entendidos de uma falsa ideia de felicidade, causa apenas de desilusão e frustração, se tidos como garantidos sem mais análise. A lição a tirar dos ensinamentos dos filósofos é que a felicidade é, de facto, o maior bem, mas um bem que requer esforço, paciência, perseverança e tempo. É por isso que devemos insistir em que a felicidade é, mais do que qualquer outra coisa, uma busca. Não é uma tarefa fácil nem um tipo de destino que nos espera e que inevitavelmente virá. É mais uma forma de viver, uma atitude em relação ao que nos acontece, uma forma especial de ver quer a realidade, quer a nós próprios, algo que não é dado por magia, mas que é construído com vontade e tenacidade. A felicidade é a busca da melhor vida que está ao nosso alcance.

Por isso a felicidade sempre esteve ligada à ética, tal como compreendida por aqueles que inventaram a palavra, os filósofos gregos. Eles ensinaram que, uma vez que a finalidade da vida humana, o melhor que

podemos esperar nesta vida, é ser feliz, cada pessoa terá de se esforçar por construir um *ethos*, uma forma de ser, um carácter que o disponha e o ajude a viver bem. Vincular a felicidade à ética significa que aquela reside no carácter ou personalidade de cada um, não num código ou numa lista de regras que há que acatar por obrigação. Uma personalidade, porém, com que não se nasce, mas que é cultivada e nutrida ao longo da vida. Isto é expresso, embora com uma certa obscuridade, pela palavra grega que temos vindo a traduzir por «felicidade»: *eudaimonia*. Um conceito impenetrável, já que o seu significado literal é «ter um bom dáimôn». E o que é o *dáimôn*? Não é fácil explicá-lo. Pode significar «sorte», mas também «carácter», «alma», até mesmo «consciência». Enquanto ingredientes de uma vida feliz, estes não são conceitos vãos. Ter sorte, ser afortunado, importa, é uma condição necessária, ainda que não suficiente, para que procuremos a felicidade sem nos desencorajarmos a cada passo ante a inutilidade do esforço. Mas não basta ter sorte, nascer no lugar certo e com as condições certas, para que a vida nos sorria. A felicidade tem de ser conquistada, repito: é uma busca ou, como escreveu Bertrand Russell, uma conquista.

Não podemos deixar de lado a lição aristotélica, que nos ensina a discernir entre uma noção simples, intuitiva, de felicidade, aquela que a relaciona com a satisfação de desejos como ficar rico, ter sucesso,

receber honras e reconhecimento, e a verdadeira felicidade, que consiste em viver a vida como deve ser, aquilo a que o filósofo grego chama a «vida virtuosa». Lutar por uma «vida boa» é a quintessência do esforço humano. Não porque seja uma obrigação ou um dever, que é, mas porque é a única forma de viver com sentido ou com uma certa satisfação pelo que se pode fazer neste mundo.

O que diferentes filósofos nos disseram sobre a felicidade será o guia para as páginas que se seguem. A filosofia tem sido, para muitos deles, uma «arte de viver» que se aprende a cada dia. Cícero disse que «filosofar é aprender a morrer», o que não é contraditório com o amor à vida, mas uma consequência da vontade de viver bem. Montaigne, que retomou a ideia, sublinhou-a ao longo dos seus *Ensaïos*: «O meu ofício e a minha arte é viver.» Aplicou-se a isso tanto na sua atividade pública, como governador de Bordéus, como na solidão da torre onde se inventou, escrevendo sobre os antigos e sobre costumes invulgares que expunham os muitos preconceitos em que se baseavam as vidas dos seus contemporâneos ocidentais.

Não foram, no entanto, as lições dos filósofos que podemos dizer que prevaleceram na busca de uma vida satisfatória ao longo dos séculos. Embora seja verdade que os resultados de sondagens cada vez mais frequentes tendem a ser otimistas acerca das perceções das pessoas sobre o seu grau de felicidade, a verdade é que a *joie*

*de vivre* não parece ser uma constante da vida humana. Embora estejamos conscientes de que a mera acumulação de bens materiais não conduz a uma vida feliz e satisfatória em todos os sentidos, comportamo-nos como se essa consciência estivesse ausente. Os economistas mais conscienciosos advertem que o nível de felicidade das pessoas que habitam um território não corresponde exclusivamente ao valor do seu produto interno bruto. O crescimento económico não é garantia de uma vida boa. Mesmo assim, no nosso tempo, é quase impossível escapar a números e classificações e deixar de ver a felicidade como o objeto de uma ciência que tem indicadores e medidas capazes de determinar se as pessoas são felizes e quando o são mais ou menos. Isto tende a materializar o significado de um sentimento que não deve ser medido quantitativamente. Por seu lado, tanto a psicologia positiva como a neurociência esforçam-se por obter resultados que revelem o como e o porquê de nos sentirmos felizes ou infelizes. A própria filosofia não se alheou de tal esforço, com a teoria utilitarista, que procurava medir a quantidade de prazer e dor produzida pelas decisões políticas, a fim de as tornar o mais adequadas possível ao bem-estar das pessoas. Esta tentativa de capturar a felicidade e de a poder distribuir, como se fosse um bem material adquirível, é talvez o maior inimigo da abordagem do estudo do que deve ser uma vida boa e com sentido, de acordo com os ensinamentos dos filósofos.

«Muda de alma e não de céu», escreve Sêneca numa das suas *Cartas a Lucílio*. A busca da felicidade requer uma certa atitude, uma disposição favorável por parte do indivíduo que empreende a busca. É um compromisso ético, que tem algo de calculismo, muito de sabedoria e não pouco de subversão. Não é um direito nem um destino. Está mais próxima da autoexigência e da coragem do que da complacência, pois são as situações adversas as que põem à prova o significado da felicidade e a capacidade do indivíduo para as encaixar na sua própria vida. Poderíamos também dizer que é um empreendimento comum, uma vez que a felicidade individual e a coletiva se alimentam mutuamente. Um compromisso sustentado que só termina com a morte. A reflexão filosófica sobre a felicidade é a indicação de um caminho que começa em cada pessoa. Para que dê frutos, não é a realidade exterior que deve mudar, mas, nas palavras de Sêneca, o interior de cada um.

A essência do ser humano é o desejo, tal como Espinosa o entendeu. Deseja-se algo que não se possui, o que indica que o princípio do desejo é uma necessidade, um sofrimento ou uma falta. Por outras palavras, o desejo baseia-se na necessidade de superar uma situação de infelicidade. Uma das vantagens de não se ser feliz, como Unamuno assinalou, é que se pode continuar a desejar a felicidade. O sucesso ou fracasso de avançar em direção a ela reside em algo tão simples

e complicado ao mesmo tempo como aprender a satisfazer adequadamente os nossos desejos. Isto requer duas coisas: liberdade e sabedoria. Estes são os dois elementos que sempre acompanharam a reflexão filosófica sobre a felicidade. Até o escravo, disseram os estoicos, pode ser feliz se concentrar tal objetivo na liberdade de pensamento que ninguém lhe pode tirar.

Mas dissemos que a busca da felicidade não pode ser um anseio individual. A vida em conjunto é parte de nós, precisamos uns dos outros, e chegámos à conclusão de que o caminho para uma vida melhor deve ser percorrido em conjunto. Desta convicção nasce a ideia de direitos universais, de bens básicos imprescindíveis para usufruir minimamente da existência. É a felicidade um deles? Seria um erro afirmá-lo assim. Cada indivíduo tem o direito não a ser feliz, mas de estar em posição de perseguir a felicidade. Uma vez reconhecido este direito, como o faz explicitamente a Declaração de Independência dos Estados Unidos, é obrigação dos Estados democráticos fornecerem as garantias que permitam a cada cidadão construir uma vida boa no sentido mais amplo do termo.

A obrigação política deve ser secundada por um dever individual. Não basta ser formal e materialmente livre para poder satisfazer os desejos; a busca da felicidade requer simultaneamente sabedoria, aprender onde residem as oportunidades de felicidade, os recursos para reagir adequadamente à adversidade

e à desilusão, o julgamento para distinguir quais os desejos que merecem ser satisfeitos e quais os que não o merecem. A sabedoria é também a experiência e a inteligência para reconhecer os erros e não os repetir.

Parafraseando e distorcendo Tolstói, teria de se dizer que todas as pessoas procuram a felicidade na mesma medida, mas cada uma será feliz à sua maneira. A busca da felicidade é uma tarefa subjetiva, o resultado das circunstâncias que rodeiam cada existência individual. Tal como com a ética, não estamos a falar de um inquérito puramente intelectual: viver, estabelecer as condições para viver bem, é uma prática construída com vontade e boa-disposição, não com base em verdades abstratas e absolutas. Virtudes como a moderação, a cortesia, a modéstia, a sociabilidade são essenciais no cultivo do eu que forja o carácter de cada pessoa.

Que falar de felicidade seja o mesmo que falar de ética ou de uma vida boa é talvez surpreendente no início. Mais ainda quando entendemos a vida boa em ligação com regras, deveres, obrigações e estilos de vida pouco atrativos, o oposto da aceção intuitiva de uma vida feliz. No entanto, sempre que me referi publicamente à dificuldade de motivar as pessoas com base em valores éticos e não apenas em valores instrumentais como o dinheiro, deparei-me com as retóricas daqueles que argumentam que as boas práticas, em qualquer campo, trazem consigo a sua própria

gratificação. Não é preciso muito para mostrar que a vida boa é mais valiosa do que a boa vida, mesmo que esta última seja uma opção mais desejável do que a primeira. A satisfação de ter agido bem e em benefício não só de si próprio é, para muitos, razão suficiente para promover um modo de vida mais orientado por fins éticos do que por interesses privados e parciais. O ser humano não é apenas egoísta, precisa de outros e gosta de uma coexistência pacífica. Não se vê qualquer possibilidade de felicidade se se insiste em fechar os olhos a esta verdade óbvia.



## CONCLUSÃO

# ELOGIO DA IMPERFEIÇÃO

«O segredo da felicidade e da virtude está em gostarmos do que devemos fazer.»

ALDOUS HUXLEY

A citação é de *Admirável Mundo Novo*, a mais conhecida das «distopias» contemporâneas. O mundo imaginado por Aldous Huxley tinha apenas um objetivo: criar seres humanos condicionados de tal forma que não questionassem «o seu inevitável destino». É uma forma de resolver o objetivo da maior felicidade para a maioria, neste caso, a felicidade para todos. Construir um mundo em que os indivíduos não tenham expectativas e valorizem a vida que lhes tocou em sorte, porque estão mentalmente determinados para ser assim. Os habitantes do «admirável mundo novo» de Huxley não são todos iguais, pertencem a categorias sociais de classes diferentes, superiores ou inferiores, mas não ocorre a ninguém interpretar a sua situação como uma injustiça, algo que podia ter sido diferente ou que



devia ter sido de outra forma. São autómatos, não seres livres. Todos eles «gostam do que devem fazer», foram feitos para que assim seja. Huxley escreve a sua utopia depois do *shock* que lhe produziu a visão do consumo de massas e a mentalidade de grupo durante uma visita que fez aos Estados Unidos. Hoje, podemos dizer que o seu mundo perfeito não está tão distante de certos delírios da neurociência — até agora, felizmente frustradas — quanto à possibilidade de condicionar as pessoas neuralmente para que se sintam felizes na sua condição humana. Os habitantes do *Admirável Mundo Novo* tomam uma droga fantástica chamada *soma* para prevenir as mudanças de humor e erradicar a dor emocional. No nosso mundo, os *Prozacs* e companhia fazem o que podem num sentido similar. «Vamos em direção à medicina da felicidade — disse recentemente numa entrevista o psiquiatra Luis Rojas Marcos —, e as descobertas como o *Prozac*, contra a depressão, ou o *Viagra*, contra a impotência, provam-no.»

Procurar o prazer e evitar a dor são tendências naturais e corretas, fazem parte da nossa constituição. Deixam de o ser se os avanços científicos e tecnológicos o projetarem para extremos prejudiciais, como a obsessão pelo prazer sem interrupções e a identificação da vida feliz com uma existência sem emoções negativas. Há várias vozes que advertem contra atitudes que procuram erradicar rapidamente todas as emoções que entristecem as pessoas. Em *The Loss of Sadness*,

Allan V. Horwitz e Jerome C. Wakefield acusam a psiquiatria de patologizar a tristeza, de assemelhar a «infelicidade normal», a tristeza que sente qualquer indivíduo pela ausência de um ente querido ou pela perda de um emprego, a um distúrbio mental que pode ser curado com a medicação adequada. Em *Against Happiness: In Praise of Melancholy*, Eric G. Wilson escreve: «Em breve, talvez, com a ajuda de medicação psiquiátrica, não haverá ninguém infeliz no nosso país. Os melancólicos desaparecerão.» No futuro, os nossos netos ou bisnetos talvez contem com o benefício de um comprimido (ou de uma reprogramação genética) que erradique o medo do fracasso ou injete nas suas vidas o sentimento de êxito. Assim o intui Tal Ben-Shahar em *Aprenda a Ser Feliz*, uma aprendizagem que, entendida nos seus próprios termos, nada deveria ter que ver com uma vida perfeita na qual não existem coisas como o fracasso ou o mal-estar emocional. Tentar viver o melhor possível e amar a vida, aquilo a que chamámos a vida boa, é um processo, não um estado permanente de plenitude ou sequer um destino alcançável e definitivo.

Tudo o que é dito nas páginas deste livro pode ser resumido numa ideia: a busca da felicidade consiste na difícil conjugação, no equilíbrio certo, entre desejos e liberdade. A essência do ser humano é o desejo; a forma como o satisfazemos é o que nos tornará mais ou menos humanos. E, na medida em que

conseguirmos intensificar a humanidade em nós próprios e no nosso ambiente, seremos mais ou menos felizes. Temos de compreender que ser livre não é uma festa. Ter de decidir é difícil porque significa refrear certos impulsos, habituar-se a não satisfazer todos os desejos sem distinção e imediatamente. Ser livre implica suportar as consequências das decisões que se tomam. Aceitar a liberdade e as suas consequências é aceitar a condição humana com todas as suas indeterminações, inseguranças e adversidades. Pelo contrário, conceber um mundo do qual todas as possíveis desavenças e adversidades tenham sido eliminadas foi o que incentivou as narrativas utópicas cujo nome revela o seu próprio engano: uma «utopia» é um «não-lugar», porque não há lugar possível como cenário para uma felicidade sem limites.

Ficamos frequentemente surpreendidos com histórias de pessoas que foram capazes de incorporar no seu modo de vida deficiências e contratempos que podiam ter transformado a sua existência numa causa de desespero insuperável. Alguns filósofos de filiação utilitarista defendem abertamente, por exemplo, o direito dos pais a decidirem pôr fim à vida de um bebé nascido com deficiências graves. Peter Singer, que é um deles, num livro recente, conta o seu encontro com Harriet McBryde Johnson, advogada e ativista do movimento Not Dead Yet, quando esta assistiu a uma das palestras do filósofo na Universidade de

Princeton. Harriet Johnson tinha nascido com uma doença de desgaste muscular que a mantinha quase totalmente imobilizada numa cadeira de rodas, mas que não a tinha impedido de estudar, seguir uma carreira, escrever livros, comprometer-se com os deficientes e viver uma vida agradável. A sua animosidade inicial para com Singer e as suas teorias era total. Mesmo assim, ela estava disposta a ter uma discussão civilizada com ele e acabaram por estabelecer uma certa amizade, o que levou Singer a reconsiderar e a matizar as suas teorias. Esta história e outras como esta são exemplos extremos de pessoas que conseguiram desfrutar da vida, apesar de tudo, apesar de estarem imersas em circunstâncias muito adversas. A busca da felicidade não é vedada a ninguém que tenha condições materiais suficientes para decidir como viver.

Moderar as expetativas e desconfiar de uma perfeição que não está ao alcance de ninguém não é incompatível com continuar a alimentar o desejo de melhorar o que existe e o que nos foi dado. Não é incompatível com ter ideais se estes forem vistos como diretrizes e não como metas a atingir. Sartre descreveu o homem como uma «paixão inútil» no pressuposto de que o que o homem aspirava era a ser Deus. Mas a paixão humana deixa de ser inútil se a sua ambição for mais modesta e não pretender ultrapassar os limites da sua condição, se tudo o que procurarmos é tornarmo-nos um pouco mais civilizados, um pouco mais humanos.

De facto, o que os filósofos nos têm dito desde a Antiguidade é que o ser humano tem uma característica que os distingue das vidas não humanas: têm de escolher como viver.

Jesús Mosterín sintetiza, num parágrafo memorável do seu livro *Racionalidad y acción humana*, a pequena dose de sentido que pode ser atribuída a uma vida marcada pela provisoriedade e pela finitude. Diz ele: «Antes de morrermos, digamos: “Lançámos um olhar lúcido sobre o ingente universo. Enfrentámos os nossos problemas e não procurámos consolos ilusórios. Desfrutámos da vida até onde ela dependia de nós e só um destino implacável marcou os limites da nossa felicidade. Aceitámos o destino e a morte, mas não nos curvámos perante os ídolos. Temperámos a cultura dos nossos pais no fogo da razão e forjámos um instrumento dúctil para a prossecução dos nossos fins, fins que são mais amplos do que as nossas vidas e que se espalham no tempo. Este é o sentido que demos às nossas vidas sem sentido”.» Aprender a viver como humanos tem sido a tarefa da filosofia. Graças ao uso da razão e da linguagem, o ser humano aprende a desenvolver todas as suas potencialidades e ao mesmo tempo a tomar consciência dos limites que a sua finitude lhe impõe. Procurar ir além destes limites é uma tentação constante, quanto maiores forem as oportunidades oferecidas pela biotecnologia e pela engenharia genética, mais premente se torna. Conseguir

um indivíduo perfeito, livre de defeitos e deficiências, parece estar cada vez mais ao nosso alcance num futuro não muito distante. Mas é simultaneamente uma promessa e uma fonte de problemas e inquietudes: conseguiremos por esse caminho viver melhor, não suporão certas práticas uma ameaça em vez de um benefício para a dignidade humana, e em que sentido é que um «melhoramento» ilimitado aumenta ou reduz a nossa humanidade, pergunta Michael J. Sandel em *The Case Against Perfection*.

Encarregarmo-nos da nossa própria condição e dos nossos limites foi visto por Aristóteles como um critério de sabedoria prática. Não somos deuses e é fútil tentarmos sê-lo. Sabemos o que sabemos, o nosso saber jamais será absoluto; por isso, o que for que façamos está sujeito a imprevisões, incertezas e riscos. O nosso humanismo é trágico, como comenta Pierre Aubenque no seu excelente estudo sobre a virtude da prudência aristotélica: «Convida o homem a querer apenas e só o que é possível e a deixar o resto para os deuses.» Procurar a felicidade, sem ultrapassar os limites do possível, é mantermo-nos fiéis à antiga máxima de Píndaro:

«Não pretendas a vida imortal, alma minha,  
e esforça-te na ação que te é possível.»